



MEMÓRIA DA 35ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Data: 7 de dezembro de 2017

Horário: 9h00

Local: Sala de Reuniões Plenária do MME, 9º andar, Brasília-DF

1 - ABERTURA

O Presidente do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, Ministro de Estado de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, fez a abertura da 35ª Reunião Ordinária, cumprimentando as autoridades presentes.

Em seguida, aprovou, juntamente com os membros do Conselho, as Memórias da 34ª Reunião Ordinária, realizada em 8 de junho de 2017 e da 2ª Reunião Extraordinária, realizada em 9 de novembro de 2017, passando, em seguida, ao exame dos assuntos da Pauta.

2 – MATÉRIAS PARA APROVAÇÃO DO CONSELHO

O Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, Décio Oddone, apresentou a proposta de Resolução que trata da revogação do art. 3º da Resolução CNPE nº 10, de 11 de abril de 2017, que autoriza a ANP a licitar áreas devolvidas à União, contendo acumulações marginais de petróleo e gás natural, na Quinta Rodada de Licitações de Campos Marginais, a ser realizada em 2018, e na Sexta Rodada de Licitações de Campos Marginais, a ser realizada em 2019. Ato contínuo, o Conselho deliberou pela sua aprovação.

3 – APRESENTAÇÕES

O Secretário-Executivo Adjunto do Ministério de Minas e Energia, Edvaldo Luís Risso, apresentou os resultados dos leilões de geração e transmissão de energia elétrica. Informou que, em 2017, foi realizado um leilão de descontração de energia de fonte eólica e solar fotovoltaica de 25 usinas, sendo 16 de fonte eólica com capacidade de 307,7 MW e 9 de fonte solar fotovoltaica com 249,7 MW. Destacou o sucesso do leilão das usinas da Cemig que obteve como pagamento total de bonificação o montante de R\$ 12,13 bilhões.

Ressaltou que, além desses leilões, está previsto ainda para o ano de 2017 a realização de três leilões: um “A-4” agendado para 18 de dezembro; um “A-6” previsto para 20 de dezembro e um “A-1” e “A-2” também para dezembro.

Para o ano 2018, na área de geração, o Secretário-Executivo Adjunto informou que está prevista a realização de quatro leilões: um “A-4” agendado para março; um “A-6” previsto para o segundo semestre; um de suprimento a Roraima previsto para março e um de fontes alternativas a ser agendado.

Comunicou que, na área de transmissão, foi realizado em 24 de abril de 2017, o Leilão nº 05/2016-ANEEL, com contratação de 7.056 km de linha, capacidade de transformação de 13.170 MVA e investimentos na ordem de R\$ 12,7 bilhões e está prevista, ainda para este mês de dezembro, a realização do Leilão nº 02/2017-ANEEL, com extensão de 4.919 km de linha, capacidade de transformação de 10.416 MVA e investimentos de R\$ 8,7 bilhões.

Finalizando, informou ainda, que na área de transmissão, está prevista a realização de dois leilões em 2018: um para o primeiro semestre, com extensão prevista de 5.750 km de linha e investimentos da ordem de R\$ 11 bilhões, e um para o segundo semestre, cujos estudos estão em elaboração.

O Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético, Eduardo Azevedo Rodrigues, fez um breve relato sobre a Política Energética e a Expansão do Sistema Energético Nacional, destacando as projeções de expansão das principais fontes. Iniciou a apresentação expondo como se dá a cadeia de planejamento do Setor Elétrico, os Planos Nacional e Decenal e os Leilões.

Segundo o Secretário, o PDE 2026 mostra que o Brasil continua diminuindo a utilização de petróleo e há a expansão das fontes renováveis, principalmente com a realização de leilões que permitem a incorporação de diretrizes de expansão do setor energético na matriz.

Informou que, no ano de 2016, a composição da matriz energética foi composta por fontes renováveis na proporção de 43,5% e de combustíveis fósseis na proporção de 55%. Observou, ainda, que em comparação com a matriz energética mundial, que é composta por 14,2% de fontes renováveis e 80,9% por fontes fósseis, o Brasil possui papel de destaque pela presença de fontes renováveis.

Em seguida, o Secretário apresentou a expectativa de investimentos na expansão do suprimento de energia, por área, para o período de 2016/2026, informando que a expansão prevista para a produção primária de energia possibilitará um superávit de 37% sobre a demanda total de energia, revertendo os déficits verificados até 2016, ressaltando ainda, o alcance das metas de redução das emissões e as características da matriz energética mais limpa.

Como desafio, o Secretário apresentou uma agenda de prioridades: geração hidrelétrica (potencial brasileiro de 260 mil MW/meio ambiente; comunidades tradicionais; regime hidrológico e uso múltiplo da água), geração termelétrica (nuclear; gás natural; e carvão mineral), geração por fontes energéticas renováveis não hídricas (geração distribuída; solar (fotovoltaica e térmica); eólica; biomassa e biogás; e resíduos sólidos urbanos), armazenamento de energia, eficiência energética com avanços tecnológicos.

O Secretário-Adjunto de Energia Elétrica, Ildo Wilson Grudtner, apresentou as Condições de Atendimento do Sistema Interligado Nacional – SIN período 2017/2021. Iniciou sua apresentação afirmando que estão asseguradas as condições de atendimento ao SIN para o período 2017 a 2021, destacando que as análises prospectivas de desempenho do sistema, para o período, apontam valores que estão em conformidade com o critério de segurança estabelecido pelo CNPE.

Segundo o Secretário-Adjunto, as premissas consideradas para a expansão da geração no período de 2017 a 2021, foram da ordem de 22.402 MW, com média anual de 3.734 MW, estando todas essas previsões contratadas. No que se refere à carga para o período, informou que foi estimado o crescimento médio de 3,7%, considerando o PIB médio anual de 2,0%.

Com relação à transmissão de energia elétrica, o Secretário-Adjunto, informou que as premissas consideradas para o período de 2017 a 2021, foram da ordem de 28.327 km, expansão média anual prevista de 5.600 Km já contratadas.

Destacou, ainda, as condições hidrológicas críticas ocorridas nas bacias: Grande, Paranaíba, São Francisco e Tocantins, que juntas equivalem a 80% do armazenamento do SIN, onde o volume de chuvas no período de janeiro a outubro (45% mlt), foi o pior já registrado no horizonte de 84 anos.

Dando prosseguimento aos assuntos da pauta, o Ministro Fernando Coelho Filho, concedeu a palavra ao Secretário de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, Márcio Félix Carvalho Bezerra, que

apresentou as condições de Abastecimento de Petróleo, Gás Natural, Derivados e Biocombustíveis. Iniciou sua apresentação ilustrando o crescimento da produção de petróleo e gás no país, informando que a produção de petróleo e gás liquefeito de petróleo tem sido crescente chegando ao pico de 2.729 mil barris/dia, e o gás natural batendo recorde de produção da ordem de 115 milhões de m³/dia, em julho de 2017.

Em seguida, o Secretário apresentou os resultados das rodadas de licitação: 14ª Rodada – Blocos Onshore/Offshore e a Segunda e Terceira Rodadas de Produção de Partilha, destacando o sucesso na realização dos leilões com o alcance de R\$ 10 bilhões de bônus. Informou ainda, que há previsão para ocorrer, em 2018, o leilão de exploração de cessão onerosa que será o maior de todos os tempos com o alcance de recursos da ordem de R\$ 100 bilhões.

Fazendo referência à produção nacional de combustíveis derivados de petróleo, informou que o mercado de combustíveis reduziu aos mesmos níveis verificados em 2015, devido a importação que alcançou o percentual de 34% maior que no ano de 2016. Informou ainda, que o incremento da participação de agentes privados no atendimento ao mercado nacional de diesel e gasolina traz certa complexidade para a logística do país, que depende muito desses combustíveis e tende a aumentar o seu consumo com a retomada da economia e, principalmente, com a falta de sinalização por parte da Petrobras em investir na produção de derivados.

Em relação ao mercado de etanol e biodiesel, o Secretário informou que foram abastecidos regularmente em 2016. O etanol teve uma queda na oferta na safra 2016/2017, devido à falta de investimentos em renovação e expansão de canaviais. Quanto ao Biodiesel informou que os preços atuais são favoráveis e que a safra continua em pleno crescimento.

Por fim, fez um breve relato sobre os Preços Diferenciados de Gás Liquefeito de Petróleo Residencial e Industrial - GLP, informando que o CNPE reconheceu em 2005, como de interesse da política energética nacional a prática de preços diferenciados para GLP. Destacou que a Petrobras opera como único fornecedor do País (74% produção e 26% importação) e o mercado vê essa prática como uma barreira à entrada de novos agentes.

Informou ainda, que a Petrobras com a implantação da nova política de preços, impactou o preço final elevando-o em 10,2% (outubro/2017) e com base nos preços vigentes (5 de novembro/2017), caso ocorra adoção da prática de preço único, o preço final pode variar entre 8,4 e 21,7%. Nesse sentido apresentou algumas alternativas elencadas no GT sobre Combustíveis, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, para conhecimento e indicação pelo CNPE de encaminhamento a ser seguido posteriormente.

O Ministro Fernando Coelho Filho, concedeu a palavra ao Representante de Universidade Brasileira, especialista em matéria de Energia, Ivan Marques de Toledo Camargo que apontou três preocupações em relação às apresentações anteriores: a solução de Armazenamento de Energia (Bateria) para Roraima; o volume de chuvas de 45% mlt para o SIN, apresentada pela Secretaria de Energia Elétrica/MME; e o volume de importação de Derivados de Petróleo. Por fim, registrou que o CNPE tem que se preocupar com essas questões e precisa dar respostas à sociedade.

O Ministro, Fernando Coelho Filho, fez alguns comentários a respeito das questões levantadas pelo Conselheiro Ivan Marques de Toledo Camargo, esclarecendo que todos os setores envolvidos estão trabalhando com afinco para obtenção da melhor solução para o país.

O Secretário-Executivo da Casa Civil da Presidência da República, Daniel Sigelmann, informou que o governo fez um conjunto enorme de transformações no setor de energia nesses 18 meses, as quais

foram recebidas com sucesso pela sociedade, mercado e investidores. Continuando, disse que há muito mais a ser feito nessa direção para dar conta desses três pontos levantados e de outros que o setor de energia no Brasil necessita.

Na sequência, o Diretor-Geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, Luiz Eduardo Barata Ferreira e o Diretor da Empresa de Pesquisa Energética – EPE, Luiz Augusto Nobrega Barroso, destacaram a importância e a necessidade da retomada de construção de UHEs com reservatórios, enfatizando que o País precisa enfrentar essa questão o quanto antes.

O Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente, Marcelo Cruz concordou com o posicionamento dos diretores do ONS e EPE e colocou toda equipe do ministério à disposição para dialogar sobre a questão.

Dando prosseguimento aos assuntos da pauta, o Ministro Fernando Coelho Filho, concedeu a palavra ao Representante da Sociedade Civil, especialista em matéria de Energia, Plínio Nastari que apresentou os Cenários Futuros de Abastecimento de Combustíveis Líquidos. Iniciou a apresentação destacando que o País precisa incentivar a inserção da bioenergia na matriz, ressaltou o Renovabio e comentou sobre o retorno do crescimento da economia e a necessidade de se avaliar o crescimento do consumo de derivados de petróleo.

Reforçou que há um limite da capacidade de logística para atender a esse crescimento de consumo dos combustíveis, destacando a necessidade de investimentos em logística e refino. Por fim, sugeriu a criação de Grupo de Trabalho para discutir e propor em caráter de urgência medidas para alavancar investimentos em refino, com participação de diversos órgãos e sociedade civil. Ato contínuo, o Conselho deliberou pela sua aprovação dentro das atividades da iniciativa “Combustível Brasil”.

4 - ASSUNTOS GERAIS

O Secretário-Executivo do CNPE, José Wanderley Uchoa Barreto, deu ciência aos Conselheiros das Resoluções deliberadas pelo Conselho e aprovadas pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, em 2017. Lembrou que foram aprovadas vinte e três resoluções, sendo vinte e duas publicadas (Resolução nº 20 – aguardando aprovação superior para posterior publicação). Informou que todo esse material constava da apresentação entregue aos membros do Conselho e também à disposição na página do Ministério de Minas e Energia, www.mme.gov.br, na aba conselhos/comitês.

Em seguida, entregou aos membros do Conselho os relatórios sobre as atividades desenvolvidas pelos Comitês Técnicos e dos Grupos de Trabalhos do CNPE, o relatório executivo das atividades dos diversos setores energéticos do País, durante o ano de 2017 e o relatório sobre os estudos do Sistema Nacional de Estoques de combustíveis e Plano Anual de Estoques Estratégicos de Combustíveis. Na oportunidade, conforme dispõe o art. 12 do Regimento Interno do CNPE – Resolução CNPE nº 7, de 2009, propôs aos membros do Conselho a agenda básica dos trabalhos para o ano de 2018. O Colegiado aprovou a agenda, com indicação de duas reuniões ordinárias para os dias 5 de junho e 6 de dezembro de 2018.

Finalizados os itens da pauta, o Presidente do Conselho concedeu a palavra ao Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético, Eduardo Azevedo Rodrigues, que fez um relato sobre a proposta que está em estudo sobre a criação da Agência de Desenvolvimento Energético – ABDE.

O Secretário informou que a apresentação não é matéria para deliberação do Conselho, passando, a seguir, a expor os argumentos motivacionais da proposta e as particularidades para a sua implementação, destacando que as transformações que se preveem para o setor elétrico requerem um

arcabouço institucional mais desenvolvido e eficaz para coordenar as ações no âmbito de eficiência energética, pesquisa e desenvolvimento e informações energéticas.

Segundo o Secretário, a ABDE será um Serviço Social Autônomo, com sua gestão vinculada ao Ministério de Minas e Energia e fiscalizada pelo Tribunal de Contas da União. Por fim, destacou as fontes de recursos que serão destinadas à ABDE: os recursos atualmente previstos para o Procel; 10% dos recursos de P&D das concessionárias, permissionárias e autorizadas previstos na Lei nº 9.991; os agentes regulados pela ANP e ANEEL podem, voluntariamente, destinar recursos de eficiência energética e/ou P&D para que sejam geridos pela ABDE; e captação externa, junto a órgãos nacionais e internacionais.

Finalizados os itens da pauta, o Presidente do Conselho concedeu a palavra aos Conselheiros que manifestaram preocupação com a proposta que está em estudo sobre a criação da ABDE, considerando as atividades e a estrutura sugerida e acordaram que a discussão do tema precisa ser aprofundada, pensando, especialmente, no melhor desenho para a entidade e na real necessidade da sua criação.

O Presidente do Conselho, esclareceu que a apresentação da proposta da criação da ABDE é apenas uma ideia que está sendo estudada, mas que se faz necessário refletir efetivamente na gestão dos recursos de desenvolvimento energético, buscando a obtenção de melhores resultados nesse campo.

Com essas considerações, a reunião foi encerrada pelo Ministro de Estado de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, com registro do agradecimento à presença de todos os membros do Conselho e demais participantes.